

RAZÕES FINAIS TRABALHISTAS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DO TRABALHO DA ____ VARA DO TRABALHO DE _____

Processo nº: _____

Reclamante: _____

Reclamada: _____

I – SÍNTESE DO PROCESSO

Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada pelo Reclamante em face da Reclamada, visando a satisfação de direitos decorrentes da relação de emprego mantida entre as partes.

Durante a instrução processual restou comprovada a existência da relação de emprego, bem como o inadimplemento de diversas verbas trabalhistas pleiteadas.

II – DAS PRELIMINARES

Caso Vossa Excelência entenda pela existência de alguma preliminar, requer-se que seja oportunizada a manifestação das partes para eventual saneamento, preservando-se o contraditório e ampla defesa.

III – DO MÉRITO

1. Da relação de emprego

Está incontroverso nos autos que o Reclamante prestou serviços à Reclamada, mediante subordinação, pessoalidade, onerosidade e habitualidade, configurando-se, assim, o vínculo empregatício nos termos do art. 3º da CLT.

2. Do pagamento das verbas rescisórias

A Reclamada não efetuou o pagamento correto das verbas rescisórias devidas ao Reclamante, em especial:

- **Aviso prévio indenizado;**
- **13º salário proporcional;**
- **Férias vencidas e proporcionais acrescidas de 1/3;**
- **Saldo de salário;**
- **Multa do art. 477 da CLT.**

3. Das horas extras

O Reclamante laborou em jornada extraordinária habitual, sem a devida contraprestação ou respectivo pagamento do adicional, motivo pelo qual requer o pagamento das horas extras acrescidas do adicional legal e seus reflexos em férias, 13º salário, FGTS e demais verbas.

4. Do adicional noturno

Ficou demonstrado que parte da jornada foi cumprida em horário noturno, havendo direito ao adicional noturno e seus reflexos.

5. Do FGTS e multa de 40%

A Reclamada não efetuou os depósitos do FGTS durante todo o contrato, sendo devido o pagamento dos valores não recolhidos acrescidos da multa de 40% prevista no art. 18, §1º, da Lei nº 8.036/90.

6. Dos danos morais

Em razão do tratamento desrespeitoso e humilhante dispensado ao Reclamante, bem como das condições inadequadas de trabalho, requer a condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais.

7. Da justiça gratuita

Requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 790, §4º, da CLT, por ser pessoa hipossuficiente.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

1. A condenação da Reclamada ao pagamento das verbas rescisórias devidas, conforme discriminado no mérito;
2. O pagamento das horas extras, adicionais e seus reflexos, conforme apurado em perícia;
3. O pagamento do adicional noturno e reflexos;
4. A condenação ao pagamento do FGTS não recolhido e multa de 40%;
5. A condenação por danos morais, em valor a ser arbitrado por Vossa Excelência;
6. A concessão dos benefícios da justiça gratuita;
7. A condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, conforme dispõe o art. 791-A da CLT;
8. A produção de todas as provas admitidas em direito, em especial prova documental, testemunhal e pericial.

Nestes termos, pede deferimento.

Advogado(a)

OAB/ __ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-jus.com/razoes-finais-trabalhista/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.